

# A reforma empresarial em Minas Gerais: rumo à privatização da educação pública

Maria Simone Ferraz Pereira<sup>1</sup>  
Lúcia de Fátima Valente<sup>2</sup>  
Vanyne Aparecida Franco Freitas<sup>3</sup>  
Apoio: FAPEMIG<sup>4</sup>

**Resumo:** O presente trabalho objetivou analisar propostas e ações para educação mineira, no Governo de Romeu Zema Neto (2019-2022), relacionadas a melhoria da qualidade da educação em Minas Gerais. Para tal finalidade, parte da seguinte indagação: em que grau essas propostas e ações podem conduzir à privatização da educação pública no estado? Na busca de respostas, realizou-se uma pesquisa interpretativa-qualitativa, tendo como fonte dados secundários, e com a análise documental da proposta de governo “Liberdade Ainda que Tardia” e de matérias veiculadas nos portais oficiais do governo, como “Agência Minas” e “Transparência”. Nas ações implantadas é possível identificar uma lógica gerencialista que busca atender às demandas políticas, econômicas e educacionais, pautada em um paradigma mercadológico de minimização do papel do Estado frente às demandas sociais, potencializando cada vez mais a tríade responsabilização, meritocracia e privatização.

**Palavras-chave:** Reforma Empresarial. Educação Pública. Privatização.

## Business reform in Minas Gerais: towards the privatization of public education

**Abstract:** The present work aimed to analyze proposals and actions for Minas Gerais education, in the Government of Romeu Zema Neto (2019-2022), related to improving the quality of education in Minas Gerais. To this end, it starts from the following question: to what degree can these proposals and actions lead to the privatization of public education in the State? In the search for answers interpretative-qualitative research was carried out, having as a source secondary data, and with the documental analysis of the government proposal "Liberdade Além que Tardia" and of published articles in official government portals, such as "Agência Minas" and "Transparência". In the actions implemented, it is possible to identify a managerial logic that seeks to meet political, economic, and educational demands based on a market paradigm of minimizing the role of the State in the face of social demands, increasingly enhancing the triad of

<sup>1</sup> Doutora em Educação. Professora Titular na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (FACED/UFU). Minas Gerais, Brasil. E-mail: msimonefp@ufu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7009-7571>.

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Professora Titular na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (FACED/UFU). Minas Gerais, Brasil. E-mail: valentelucia@ufu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1228-5643>.

<sup>3</sup> Doutoranda em Educação e em Administração. Minas Gerais, Brasil. E-mail: vanyne@ufu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2937-9344>.

<sup>4</sup> As reflexões contidas no artigo são resultantes do apoio à pesquisa aprovada na CHAMADA FAPEMIG 01/2021 - DEMANDA UNIVERSAL - PROJETO APQ-01517-21.



accountability, meritocracy and privatization.

**Keywords:** Business Reform. Public Education. Privatization.

## **Reforma empresarial em Minas Gerais: hacia la privatización de la educación pública**

**Resumen:** El presente trabajo tenido como objetivo analizar propuestas y acciones para la educación de Minas Gerais, en el Gobierno de Romeu Zema Neto (2019-2022), relacionadas con la mejora de la calidad de la educación en Minas Gerais. Para ello parte de la siguiente pregunta: ¿En qué medida estas propuestas y acciones pueden conducir a la privatización de la educación pública en estado? En la búsqueda de respuestas, se realizó una investigación interpretativa-cualitativa, teniendo como fuente datos secundarios, y con el análisis documental de la propuesta gubernamental "Liberdade Além que Tardia" y de artículos publicados en portales oficiales del gobierno, como "Agência Minas" y "Transparência". En las acciones implementadas es posible identificar una lógica gerencial que busca atender las demandas políticas, económicas y educativas a partir de un paradigma de mercado de minimización del papel del Estado frente a las demandas sociales, potenciando cada vez más la tríada rendición de cuentas, meritocracia y privatización.

**Palabras clave:** Reforma Empresarial. Educacion publica. Privatización.

### **Introdução ao tema e contextualização da chegada do Partido Novo ao governo do Estado de Minas Gerais**

2

A partir de estudos e pesquisa realizadas na área Estado, Políticas e Gestão da Educação, especialmente sobre a política educacional em curso na atual gestão do estado de Minas Gerais, o presente trabalho tem como objetivo compreender e analisar as propostas e ações para educação mineira, no Governo de Romeu Zema Neto (2019-2022), relacionadas a melhoria da qualidade da educação no estado. As ações em curso na realidade educacional mineira não é um fenômeno local, faz parte de uma agenda nacional/global de reestruturação do papel do Estado e no campo educacional, e seguem um movimento global da reforma educacional, que tem em seus princípios a privatização da educação.

Para a realização do artigo, partiu-se da seguinte indagação: em que grau as propostas e ações em curso na gestão do Partido Novo (2019-2022), no estado de Minas Gerais, podem conduzir à privatização da educação pública no estado? Na busca de respostas, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, pautada no referencial teórico principalmente de Freitas (2018), Harvey (2014), entre outros, além da análise do documento "Liberdade Ainda que Tardia", de matérias veiculadas no portal oficial de notícias do governo "Agência Minas", no portal da Secretaria da Educação do Estado

(SEE/MG) denominado “Portal Transparência” e de resoluções direcionadas às escolas públicas do estado.

Desse modo, com o intuito de compreender a conjuntura educacional no estado, inicialmente, refletiu-se sobre os princípios da proposta governamental, presentes tanto no plano de governo quanto nas ações implementadas, até o final do terceiro ano [2021] do mandato, por evidenciarem forças empreendidas para orquestrar a política pública educacional mineira de privatizações.

Vale ressaltar que ao longo da década de 1990 até os dois primeiros decênios dos anos 2000, esteve presente no cenário político, no governo do estado, o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Em princípios ideológicos, pode-se dizer que a política mineira ora esteve vinculada ao pensamento liberal conservador, ora a um liberalismo comprometido, minimamente, com a intervenção do Estado na vida do cidadão.

Em 2018, na esteira do que acontecia no Brasil, tomou conta do cenário político mineiro uma campanha sustentada em matrizes discursivas, políticas e ideológicas que prometiam, além de retirar o PT do poder, acabar com a tradicional demagogia populista; renovar a política; acabar com a corrupção; combater privilégios; enxugar a máquina pública para reduzir o tamanho e a importância que o estado desempenha na vida do ser humano e, colocar Minas Gerais em um “novo” caminho (PARTIDO NOVO, 2018). Assim, os mineiros insatisfeitos com a “velha política” escolheram nas urnas, com 71,80% dos votos, Romeu Zema Neto para governar Minas Gerais.

De acordo com o plano de governo vencedor, com a vitória do Partido Novo, Minas Gerais trilharia um novo percurso sem excessiva interferência do estado na vida dos cidadãos, com atribuição cada vez maior aos indivíduos para que sejam senhores de suas decisões e tenham condições de fazer as próprias escolhas. De acordo com o Partido Novo “a garantia da liberdade é a única e verdadeira função do Estado, e que, por isso, ele deve ser mínimo, pois o indivíduo deve ser dono de si” (PARTIDO NOVO, 2018, p.4).

Consciente ou inconscientemente, mais de 70% dos mineiros escolheram, pelo voto direto, que o estado fosse governado sem precedentes pela lógica do livre-mercado, e conferiram ao futuro governador a licença para implantar um plano de governo

abertamente defensor de um Estado ausente na vida dos cidadãos, defensor da redução da tradição “paternalista/social” e permissivo ao empreendedorismo livre dos cidadãos e das empresas na construção de suas riquezas, uma vez que “a doutrina liberal é a favor do emprego mais efetivo das forças da concorrência como um meio de coordenar os esforços humanos” (HAYEK, 2010, p. 58). Boa parte dos mineiros optou assim, por uma “nova” política em que o Estado permaneceria legislador e regulador, sem o compromisso direto de ser o “provedor, orientador e planejador da vida das pessoas” (LOHBAUER, 2018, p.51), comprometido, a partir de então, com os princípios neoliberais.

Assim, em janeiro de 2019, assumiu a gestão um governo estadual que, vindo da iniciativa privada, busca a materialização de seu plano de governo, no sentido de “reestruturar o setor público, alcançar a eficiência econômica e o equilíbrio fiscal do Estado” (PARTIDO NOVO, 2018, p.4).

Para isso, logo no início, reduziu o quadro do funcionalismo público, fez a revisão de contratos realizados pelo seu antecessor, trabalha para promover a desestatização de empresas controladas direta ou indiretamente pelo estado, sancionou a Reforma da Previdência, busca a aprovação na Assembleia Legislativa da Reforma Administrativa Estadual (Pec nº 57/2020) e busca também, o fortalecimento da parceria público-privada na educação estadual.

Como descreveram Silva, Valente e Pereira (2019), as primeiras políticas e ações anunciadas e implementadas por esse novo governo evidenciam os contornos que o pensamento neoliberal assume em Minas Gerais, e em boa medida, no contexto brasileiro. São ações que vão ao encontro da lógica da produtividade existente no setor privado, e que refletem o uso do modelo gerencial não somente para reduzir o papel do Estado, mas também acoplado a conceitos de melhoria da qualidade, de descentralização e de avaliação dos serviços públicos pelos cidadãos (ABRUCIO, 1997).

Nesse contexto da gestão do Partido Novo na gestão do estado mineiro, “questionar qual projeto de país (nação) e qual o projeto de educação que está sendo construído pós eleições de 2018” (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2019, p.13), contribui para revelar o pano de fundo destes projetos e ações, apregoados da suposição neoliberal de que a mercantilização e a competição, inseridos por mecanismos empresariais, são parte de uma reforma necessária à educação pública.

Consequentemente, é possível identificar que o governo de Minas Gerais trouxe como proposta a continuidade do movimento internacionalmente conhecido como reforma empresarial (BREWER *et al.*, 2018), originário nos Estados Unidos, e que tem como objetivo principal, privatizar o sistema público educacional e torná-lo mais atrativo lucrativamente ao capital internacional (BREWER *et al.*, 2018; FREITAS, 2018; RAVITCH, 2013).

### **Reforma Empresarial e a defesa da privatização na agenda do Partido Novo - ideário neoliberal**

Do ponto de vista ideológico, os princípios defendidos, as ideias de enxugamento e de reorientação das políticas públicas na lógica da privatização, presentes na carta proposta e na lógica da política do atual governo de Minas Gerais, estão em conformidade com o ideário neoliberal, que tem como princípios básicos:

a) Política de *privatização de empresas estatais*; b) Livre circulação de capitais internacionais e ênfase na globalização; c) Abertura da economia para a entrada de multinacionais; d) A adoção de medidas contra o protecionismo econômico; e) *Desburocratização do Estado*: leis e regras econômicas mais simplificadas para facilitar o funcionamento das atividades econômicas; f) *Diminuição do tamanho do Estado, tornando-o mais eficiente*; g) Posição contrária aos impostos e tributos excessivos; h) Aumento da produção como objetivo básico para atingir o desenvolvimento econômico; i) Contra o controle de preços dos produtos e serviços por parte do Estado, ou seja, a lei da oferta e demanda é suficiente para regular os preços; j) *A base da economia deve ser formada por empresas privadas* (PREVITALI; FAGIANI, 2017, p. 85-86, grifos nossos).

De acordo com Harvey (2014, p.6), o neoliberalismo se tornou “hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo”. O bem-estar da sociedade seria, desse modo, melhor promovido na liberdade do empreendedorismo individual, em uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2014).

Como adeptos à privatização, os neoliberais defendem que cada indivíduo deve se responsabilizar por seu próprio bem-estar (HARVEY, 2014), inculcando uma lógica individualista que contribui para a desresponsabilização do Estado, por meio da propagação da ideia da liberdade pessoal e social. Para Freitas (2018), este cenário cria uma narrativa na qual o indivíduo se vê como parte do mercado e como responsável por

seu próprio sucesso, devendo competir com os demais para alcançá-lo. Portanto, o livre mercado seria a única possibilidade de exercitar a liberdade individual de ser bem-sucedido, sem interferências do Estado, e com os direitos sociais transformados em “serviços a serem adquiridos” (FREITAS, 2018).

Nessa lógica, a política em curso adota como horizonte este modelo de homem neoliberal [o cidadão privatizado, empreendedor de si mesmo, consumidor], e provoca drásticos impactos nos direitos sociais.

Em suma, os governos neoliberais deixaram (e estão deixando) nossos países muito mais pobres, mais excludentes, mais desiguais. Incrementaram (e estão incrementando) a discriminação social, racial e sexual, reproduzindo os privilégios das minorias. Exacerbaram (e estão exacerbando) o individualismo e a competição selvagem, quebrando, assim, os laços de solidariedade coletiva e intensificando um processo antidemocrático de seleção “natural” onde os “melhores” triunfam e os piores perdem. E, em nossas sociedades dualizadas, os “melhores” acabam sendo sempre as elites que monopolizam o poder político, econômico e cultural, e os “piores”, as grandes maiorias submetidas a um aumento brutal das condições de pobreza e a uma violência repressiva que nega não apenas os direitos sociais, mas, principalmente, o mais elementar direito à vida (GENTILI, 1996, p. 13).

Conjuntamente, a desigualdade social aos poucos é retirada do cenário e transformada em desigualdade pessoal, de mérito e vendida, por meio da formação educacional, ideológica, cultural e política, promovendo a ilusão de igualdade de oportunidades.

No campo educacional, em Minas Gerais, o Partido Novo defendeu na campanha para o governo a mesma lógica neoliberal. Para resolver o denominado esgotamento do serviço público, defendeu os seguintes pilares: qualidade do ensino privado por meio de políticas de *vouchers*; cooperativas de professores e bolsas de estudos via créditos fiscais para possibilitar maior acesso da população às escolas privadas (PARTIDO NOVO, 2018). Entretanto, enquanto não se realizavam as alterações legais que possibilitassem a implementação de políticas de fomento às escolas privadas, o Novo apresentou como proposições: o aperfeiçoamento do ensino público com melhores técnicas de gestão e governança nas escolas; avaliações de resultados mais rígidas; incentivo à parceria público-privada; focalização das políticas públicas; carreira dos professores baseada em indicadores de desempenho (PARTIDO NOVO, 2018).

Com essa concepção, o Partido Novo defende para o cenário educacional mineiro princípios da reforma empresarial em que a educação é “vista como um ‘serviço’ que se

adquire, e não mais como um direito, deve ser afastada do Estado, o que justifica a sua privatização” (FREITAS, 2018, p.29). Logo, a reforma empresarial evidencia a articulação entre,

[...] políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores alinhados com a ideia de que o mercado e o modo de organizar a iniciativa privada é uma proposta mais adequada para “consertar” a educação [...], do que as propostas feitas pelos educadores profissionais (FREITAS, 2018, p. 1109).

Essas parcerias, enquanto estratégias de vinculação público-privadas, realizadas com institutos, fundações, empresários, vem sendo apontadas pelos governos como as mais adequadas para a educação e convenientes para prefeituras e estados, pois demandam baixos investimentos nas escolas, nos sistemas de ensino e no corpo profissional (HYPOLITO, 2011).

Assim, a reforma empresarial, segundo Ravitch (2013), mascarada pelo discurso de modernizar e inovar a escola pública com sua mercantilização e por meio de parcerias público-privadas, na verdade, é imbuída de princípios e ideais da corrente neoliberal norte-americana e traz oportunidades de lucratividade livre de riscos, em um setor financiado pelo Estado: o setor educacional.

7

Além disto, na perspectiva empresarial, considera-se que para ter qualidade, a instituição educacional ou qualquer outra instituição necessita de uma lógica gerencial que tem como categoria central a privatização, e que está “relacionada à forma de organização proveniente das atividades das empresas privadas” (FREITAS, 2018, p. 46).

Freitas (2018) explica que nessa forma de organização ocorre o desfinanciamento do setor público, por meio da terceirização da gestão e da introdução nas escolas da lógica da gestão privada ou da implantação da política de *vouchers* [terceirização por deslocamento de recursos públicos para as famílias].

Coloca-se a escola a caminho da privatização plena da educação, ou seja, sua inserção no livre mercado, como uma organização empresarial, sem contar que a transferência para as organizações sociais (ONGs) insere de imediato as escolas em formas de controle político e ideológico ditadas pelas mantenedoras privadas (ou confessionais) dessas cadeias, retirando as escolas do âmbito do controle público (FREITAS, 2018, p. 51).

Este ônus de se submeter às mantenedoras privadas por formas de controle político e ideológico deve-se ao fato de que o processo de privatização é “um fenômeno que atinge

tanto o sentido do saber e as instituições que supostamente transmitem os valores e os conhecimentos, quanto o próprio vínculo social” (LAVAL, 2019, p.17). Assim, a inserção de objetivos e processos das organizações empresariais nas instituições públicas contribui para o desmonte do sistema público e para a hegemonia das ideias neoliberais, tudo em nome da qualidade para todos.

A reforma empresarial da educação tem uma agenda oculta no seu discurso da “qualidade da educação para todos” que está além das formas que vai assumindo: trata-se da destruição do sistema público de educação, por meio de sua conversão em uma organização empresarial inserida no livre mercado (FREITAS, 2018, p. 56).

Percebe-se, portanto, uma disputa de agenda entre a ideia de Estado concorrencial, especialmente por meio da lógica da privatização, em detrimento do Estado de bem-estar social. Fundamentados no discurso de que a melhoria da qualidade da escola só pode acontecer por meio da concorrência, da premiação e da implantação da lógica empresarial na escola pública [nos moldes do mercado], os ideais do Novo chegaram em Minas Gerais e tentam acentuar e/ou implementar políticas neoliberais, com o objetivo de atrelar os rumos da educação mineira à agenda nacional/global de reestruturação do papel do Estado.

### **Procedimentos da pesquisa**

Com o objetivo de compreender e analisar as propostas e ações para educação mineira na gestão Governo de Romeu Zema Neto (2019-2022) em Minas Gerais, relacionadas à melhoria da qualidade da educação, a metodologia deste estudo foi de natureza descritivo-exploratória e objetivou a verificação e a análise de caráter qualitativo-interpretativo, com o pressuposto de que os significados são derivados principalmente das palavras (SAUNDERS *et al.*, 2009).

Nesta perspectiva, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, pautada no referencial teórico principalmente de Freitas (2018) e Harvey (2014), entre outros. Após a estruturação dos principais conceitos norteadores deste estudo, para construção do *corpus* de pesquisa foi realizada uma pesquisa em documentos do atual Governo, como seu Programa de Governo intitulado “Liberdade Ainda que Tardia”; em matérias veiculadas no portal oficial de notícias “Agência Minas”, no portal da SEE/MG (denominado “Portal Transparência”), e em resoluções/leis direcionadas às escolas públicas mineiras.

As etapas de análise seguiram os critérios de pré-análise, de exploração do

material e de tratamento dos resultados, adotando-se uma abordagem genérica de análise documental, também indicada por Saunders *et al.* (2009): identificar categorias analíticas de compreensão dos dados, por meio dos principais conceitos teóricos; associar os dados a estas categorias; compreender o relacionamento entre estes; apontar as análises e considerações.

Deste modo, os resultados e as análises são apresentados na próxima seção deste artigo, estruturados como relato e análise das principais ações da gestão do atual governo de Minas Gerais entre os anos de 2020 e 2021 no campo educacional, seguidos das considerações finais.

### **As primeiras ações da gestão de Romeu Zema no campo educacional e a Pandemia do Covid 19**

Para se compreender como os princípios defendidos pelo Partido Novo têm se materializado na gestão educacional do estado, serão apontadas algumas ações adotadas pela pasta, desde o início do mandato do governador Romeu Zema.

Um primeiro aspecto que chamou atenção foi a escolha da SEE/MG. Para concretizar a necessidade de “instituir critérios técnicos, transparentes e que priorizem a ‘ficha limpa’ na escolha do futuro trabalhador do estado” (PARTIDO NOVO, p. 12, 2018), a seleção da atual Secretária da Educação aconteceu por meio do programa de assessoria Agenda Brasil do Futuro, sob gestão dos empresários filiados do Partido Novo, Giuliana Torre, da Construtora WTorre e Ricardo Simon, do Fundo de Investimento Eclipseon. Neste processo, foi selecionada para ocupar a pasta da educação a servidora de carreira do estado do Rio de Janeiro, Júlia Sant’Anna.

A parceria público-privada implantada desde o início da gestão do Novo, em Minas Gerais, tomou forma por meio do acordo de cooperação firmado entre o Instituto Lemann, o Instituto da Humanidade, o Instituto República e o Instituto Brava, voltada para o desenvolvimento do programa “Gestão Pública”. O programa se iniciou em março de 2019, recebeu o nome Transforma Minas – Programa de Gestão de Pessoa por Mérito e Competência, e tem implantado no estado práticas de gestão do setor empresarial.

Em abril de 2019, respaldado no argumento que o modelo da gestão anterior era insustentável, o governo anunciou o corte de aproximadamente 70% das vagas das escolas em regime integral. Entretanto, em função de pressões de diferentes setores da sociedade

e com intuito de aprovar o Projeto de Lei da Reforma Administrativa, o governo recuou e anunciou a retomada das vagas, sendo 34 mil ainda em 2019, e as demais em 2020, totalizando 81 mil vagas que até então tinham sido extintas.

Também em 2019, o governador anunciou a ampliação do “Programa Gestão pela Aprendizagem” que consiste em um conjunto de ações adotadas no estado com o intuito de garantir a qualidade educacional e recolocar a educação pública mineira em posição de destaque. Implantado em escolas de ensino fundamental e médio, o programa tem como objetivos o combate à evasão, a redução das desigualdades regionais e a elevação dos indicadores de aprendizagem, a exemplo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Para isso, foi firmada uma parceria com a Fundação de Desenvolvimento Gerencial (FDG), instituição sem fins lucrativos que utiliza o Sistema de Gestão Integrada da Educação (GIDE), na área da gestão, em instituições públicas e privadas, com o intuito de melhorar os resultados.

Para Sander (2009, p. 45),

o exame dessas reformas revela uma renovada transposição de conceitos e práticas neofayolistas e neotayloristas do gerencialismo empresarial e comercial para o setor público e para a educação, enfatizando os princípios de eficiência e produtividade, racionalização administrativa e avaliação estandardizada de desempenho, descentralização, privatização e adoção maciça da tecnologia da informação. Nasceram, assim, formas de pedagogia corporativa, que lançam mão dos princípios e métodos gerenciais do enfoque da qualidade total, visando garantir elevados níveis de capital humano como vantagem competitiva. Esses conceitos impõem decisões administrativas preocupadas em aumentar a produtividade e a eficiência econômica das escolas e universidades, incentivando a competitividade a qualquer custo, independentemente de seu significado e qualidade substantiva e de sua validade ética e relevância cultural.

Nas ações implantadas pelo Partido Novo é possível identificar uma lógica gerencialista que busca atender às demandas políticas, econômicas e educacionais pautadas em um paradigma mercadológico de minimização do papel do Estado frente às demandas sociais.

Outra ação em curso no campo educacional foi a implantação do novo Currículo Referência de Minas Gerais. Tal ação deu continuidade às desenvolvidas por governos anteriores e em consonância com a política do governo federal para a educação de fortalecimento da Base Nacional Comum Curricular.

Em relação à avaliação externa, a SEE/MG, em 2019, enfatizou a necessidade de toda rede estadual utilizar a base de dados do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE) para definição de ações políticas, administrativas e pedagógicas, de modo a contribuir com a melhoria dos indicadores de qualidade educacional. A melhoria acontece por meio do estabelecimento de metas, que ao serem avaliadas, são associadas à premiação ou punição, garantindo assim a média de desempenho de estudantes e redes de ensino.

Nessa perspectiva, sob a justificativa da melhoria da qualidade educacional, a avaliação na política educacional mineira assume,

[...] uma garantia de eficiência, de convergência de expectativas e resultados, de democratização. Por ser evidente para todos, a avaliação cria consenso entre oferta e demanda educacional. Essa gestão por resultados pressupõe a concordância em que os dispositivos de avaliação são técnicas neutras de controle de cumprimento de objetivos, que, por sua vez, também devem ser consenso (LAVAL, 2019, p. 211).

Nessa agenda educacional do Partido Novo, torna-se evidente a articulação entre avaliação da aprendizagem e a política de responsabilização, em que critérios de produtividade são assumidos pelas redes de ensino/escolas e controlados pelo governo (CHIRINÉA, BARREIRO, 2009).

Além disto, muitas ações previstas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), refeito para os anos de 2020 a 2023, e apresentado no Portal Transparência de Minas Gerais, são avaliadas ao longo deste período com base em índices, taxas de aprovação e percentuais, demonstrando o mecanismo de gestão por resultados deste governo. Além disto, a ausência de divulgação dos resultados alcançados até então, do mesmo modo, evidencia avaliações técnicas sem controle do cumprimento dos objetivos, com muitas ações planejadas com o apoio de fundações e institutos.

Neste Plano, embora sem perspectiva de realização, constam ações de caráter emergencial à educação mineira, como a promoção do acesso, da melhoria do fluxo escolar e do aprimoramento da aprendizagem dos diversos níveis de ensino do estado; o fortalecimento, a valorização, a preservação e a reafirmação da cultura e da identidade das comunidades escolares de campo, indígenas e quilombolas; o combate à evasão e o aprimoramento da aprendizagem na educação integral; e o desenvolvimento de ações administrativas e financeiras para garantir recursos humanos, materiais, financeiros,

técnicos e institucionais à execução das políticas educacionais (MINAS GERAIS, 2021b).

Quanto aos professores, a sua formação é ofertada pela Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais, criada em 2011, no Governo de Anastasia (2010-2014), do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), pela Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011, e tem por objetivo “coordenar os processos de formação em nível macro” (MINAS GERAIS, 2020b, s/p). Para a realização da formação, a mesma Lei de criação, no Artigo 177, inciso VI, prevê o desenvolvimento de “parcerias, no âmbito da sua competência, com a União, Estados, Municípios e Organizações Nacionais e Internacionais, na forma da lei” (MINAS GERAIS, 2011).

No sítio eletrônico da Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais, entre os anos de 2019 e 2020, constavam 10 parcerias com instituições públicas e 2 com instituições privadas para a oferta de cursos de formação (MINAS GERAIS, 2020b). As instituições privadas são SaferNet Brasil e Instituto Iungo.

A SaferNet Brasil é uma associação civil de direito privado, que se intitula sem fins lucrativos ou econômicos, ou com vínculos partidários e que tem ofertado aos professores da rede Estadual de Minas Gerais um curso para capacitá-los a fazerem o uso seguro das tecnologias digitais. Ressaltam a importância da parceria e da oferta do curso em detrimento da sintonia estabelecida com as Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (MINAS GERAIS, 2020b, s/p.). [...] O Instituto Iungo é uma associação privada recém-criada, 2020, que tem o objetivo de “promover o desenvolvimento profissional de educadores de todo Brasil”, atuando por meio de três eixos interdependentes: “formação continuada de educadores; pesquisa em educação; produção e compartilhamento de materiais pedagógicos” (IUNGO, 2020, s/p).

Desse modo, evidencia-se mais uma vez a lógica da terceirização nas ações da formação de professores em que os recursos públicos são disponibilizados também às empresas privadas, favorecendo o desfinanciamento do setor público.

O segundo ano de gestão do governador mineiro, ano de 2020, iniciou na e para a educação com problemas diversos. Concomitante aos problemas da pasta, no final de 2019 e início de 2020, o mundo foi surpreendido pela pandemia do novo Coronavírus (Covid 19) ou Sars-CoV-2, um vírus que tem se alastrado de forma assustadora e imposto medidas de isolamento e distanciamento social [como medidas para frear o contágio e reduzir o número de óbitos] (STEVANIM, 2020), e que, até à conclusão deste artigo,

registrou oficialmente no Brasil mais de 670 mil mortes e 32 mil casos confirmados da COVID-19 (BRASIL, 2022).

Nesse cenário de grave crise sanitária e incertezas que assolaram o país, Minas Gerais adotou, na pasta da educação, as seguintes medidas: criação de um Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19; decretou, no mês de março de 2020, recesso escolar em todas as escolas da rede estadual; em abril, na contramão das orientações da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde o governo estadual decretou, o retorno às escolas dos trabalhadores do setor administrativo e da limpeza, que foi suspensa após o Ministério Público do Estado de Minas Gerais recomendar via liminar o não retorno ao trabalho presencial; publicação da Resolução SEE nº 4310/2020 (MINAS GERAIS, 2020a), para regulamentar as normas e instituir o Regime Especial de Atividades Não Presenciais (REANP).

O REANP definiu que as escolas estaduais ofertariam aos estudantes, em formato *on line* ou impresso, o Plano de Estudos Tutorados (PET) organizado de acordo com o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) (MINAS GERAIS, 2020a). Foi disponibilizado, pela pasta o Projeto *Se liga na Educação*, um programa de estudo tutorado da SEE/MG, realizado em parceria com a rede pública de televisão Rede Minas. Além disso, foi disponibilizada, também, a *Plataforma Escola Digital*, uma plataforma eletrônica de acesso gratuito, voltada aos estudantes, pais e professores, com conteúdos alinhados à BNCC. Vale destacar que a plataforma Escola Digital foi desenvolvida por organizações privadas como o Instituto Natura, Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Inspirare, Fundação Vanzolini (PEREIRA e SILVA, 2020).

A ações adotadas pela SEE/MG para enfrentamento da crise sanitária e atendimento das demandas educacionais esbarraram nos seguintes problemas: críticas ao modelo implementado, por acentuar desigualdade e exclusão, pois dos 853 municípios mineiros a Rede Minas estava presente em aproximadamente 200 municípios; exclusão digital materializada na precariedade de acesso à internet e ao sinal da Rede Minas, segundo IBGE, 54% das famílias mineiras não possuem computador e 24,7% não têm acesso à internet e em várias famílias a criança ou o adolescente tem acesso a um dispositivo móvel ou apenas um computador por família; ausência de diálogo entre a SEE/MG e setores importantes da Educação (categoria docente, faculdades e departamentos de educação das universidades públicas, associações educacionais e o Fórum Estadual de Educação); parcelamento dos salários dos professores da rede estadual

que tiveram que se responsabilizar por todo o processo (internet, equipamento, formação), além do expressivo aumento da carga horária de trabalho; implementação arbitrária e verticalizada do REANP, descolado da realidade, gerando dificuldades na condução do trabalho docente e principalmente na aprendizagem dos estudantes; ausência de um planejamento coletivo entre SEE/MG, Secretarias de Educação Regionais e escolas; e envio por parte da SEE/MG de anexos, planilhas, Diário Eletrônico Digital – DED para regulação do planejado.

Para mais, em março de 2021, fundamentado no discurso de premiação, o Governo de Minas Gerais instituiu o Prêmio “Escola Transformação”, com objetivo de reconhecer publicamente práticas e experiências das escolas estaduais no processo de melhoria da qualidade de ensino (MINAS GERAIS, 2021a). Contudo, mascarado pelo discurso de premiação, o governo estadual acrescentou à lógica empresarial na escola pública a instituição de três novos índices, para um maior monitoramento do rendimento escolar: Índice Escola Transformação (INEST), indicador de fluxo escolar, indicador de desempenho e o índice de acesso pelos professores a uma plataforma online, a ser determinada pela SEE/MG. E com o Prêmio, criou também mais um mecanismo de avaliação, a Avaliação Diagnóstica, destinada aos estudantes da rede estadual de ensino (MINAS GERAIS, 2021a).

Destarte, as ações da Gestão de Romeu Zema no setor educacional, independente se instituídas para o enfrentamento da crise educacional em meio à pandemia, evidenciam a presença da iniciativa privada na definição dos rumos da educação mineira. Os mineiros assistem o avanço da iniciativa privada sobre a educação pública, por meio da subordinação dos sistemas de ensino e escolas às plataformas e ferramentas de acesso ao saber, da privatização dos currículos, de consultorias para implementação dos desenhos didáticos e de metas estipuladas e associadas à premiação ou punição nas escolas.

Essas ações, como outras norteadas pelo projeto neoliberal, reduziram e reduzem a qualidade de acesso à educação, não resolvem o problema da universalização da qualidade da educação básica, e reproduzem a desigualdade social, como anteriormente descreveu Freitas (2007) sobre os impactos do neoliberalismo na educação pública. Ademais, com o contexto pandêmico, aprofundaram a desigualdade social, bem como acentuaram as desigualdades educacionais e regionais (STEVANIM, 2020).

## **Considerações Finais**

Ao analisar as propostas e ações para educação mineira, no Governo de Romeu Zema Neto (2019-2022) em Minas Gerais, foi possível identificar uma lógica gerencialista, pautada em um paradigma mercadológico de minimização do papel do Estado frente às demandas sociais, e que busca atender às demandas políticas, econômicas e educacionais, na direção da privatização da educação pública mineira.

É perceptível, na agenda educacional do Partido Novo, a articulação entre avaliação da aprendizagem interna e externa, respaldada pela política de responsabilização, em que critérios de produtividade são assumidos pelas redes de ensino/escolas e controlados pelo governo, potencializando cada vez mais a tríade responsabilização, meritocracia e privatização, indicada por Freitas (2018).

Além disto, esta agenda educacional demonstra a ligação entre as novas políticas educacionais à racionalidade econômica, em um processo de ajuste da nação ao capital internacional, sustentado pelo neoliberalismo (SAVIANI *et al.*, 2013), e condenando as escolas à reprodução normativa, sem a possibilidade de se construírem como instância auto-organizada e de reconhecerem suas margens de autonomia (LIMA, 2014).

Observa-se, portanto, que os desafios colocados são imensos, tanto em âmbito nacional quanto estadual e, principalmente pelo desmonte das políticas econômicas de cunho social que impactam diretamente na efetivação de políticas educacionais comprometidas com a inclusão social. Entretanto, cientes de que “a história não terminou” (SANDER, 2007, p. 08), torna-se necessário ampliar as reflexões sobre os desafios do presente e, principalmente fortalecer o debate sobre as perspectivas e possibilidades para o futuro educacional no país e no estado de Minas Gerais.

Em linhas gerais, é preciso compreender os impactos dessa lógica na implementação de políticas educacionais, debruçar na realização de pesquisas e aprofundar nos estudos para que, além de compreender o contexto ideológico, político, econômico e educacional, haja resistência. Por consequência, compreender estas políticas configura uma resistência qualificada, que luta pela construção de um coletivo nas escolas para apropriação dos problemas no sentido bilateral de responsabilização [do Estado e da escola], e que defende uma “educação pública de gestão pública” dos ataques do neoliberalismo (FREITAS, 2007, 2018).

**Referências**

ABRUCIO, Fernando Luiz. O impacto do modelo gerencial na administração pública: Um breve estudo sobre a experiência internacional recente. 52 p. *Cadernos ENAP*, n. 10, 1997.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. (Org.). *COVID-19 no Brasil*. 2022. Disponível em: [https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html.html](https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html). Acesso em: 17 jan. 2022.

BREWER, T. Jameson; HARTLEP, Nicholas D.; SCOTT, Ian M. *Forbes 30 under 30 in education: Manufacturing “edu-preneur” networks to promote and reinforce privatization/marketization in education. education policy analysis archives*, v. 26, p. 76, 2018.

CHIRINÉA, Andréia Melanda; BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. Qualidade da educação: eficiência, eficácia e produtividade escolar. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, n. 7, p. 19–32, 2009.

FREITAS, Luís Carlos de. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 100, p. 965-987, 2007.

FREITAS, Luís Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: expressão Popular, 2018.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (Org.). *Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, 1999.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5 ed. São Paulo: Edição Loyola, 2014.

HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. Tradução de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 2010.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. *Educação: teoria e prática*, Rio Claro, SP, v. 21, n. 38, out./dez. 2011.

IUNGO. Instituto Iungo (Org.). *Sobre o Instituto Iungo*. 2020. Disponível em: <https://iungo.org.br/sobre/#quem-somos>. Acesso em: 13 jan. 2021.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo, 2019.

LIMA, Licínio. C. E depois de 25 de Abril de 1974: Centro(s) e periferia(s) das decisões no governo das escolas. *Educação, Sociedade & Culturas*, n. 43, p. 141-160, 2014.

LOHBAUER, Christian. *O Partido Novo: Origens, Ideias e Objetivos*. Interesse Nacional

– fevereiro – março – abril de 2018. Disponível em: <http://interessenacional.com.br/>  
Acesso em: 13 jan. 2021.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. *Lei Delegada nº 180, de 20 de Janeiro de 2011*. Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2011.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado da Educação. *Resolução SEE nº 4310, de 17 de abril de 2020*. Dispõe sobre as normas para a oferta de Regime Especial de Atividades Não Presenciais, e institui o Regime Especial de Teletrabalho nas Escolas Estaduais da Rede Pública de Educação Básica e de Educação Profissional, em decorrência da pandemia Coronavírus (COVID-19), para cumprimento da carga horária mínima exigida. Belo Horizonte: SEE/MG, 2020a.

MINAS GERAIS. Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores. (Org.). *Quem Somos*. Disponível em: <https://escoladeformacao.educacao.mg.gov.br/index.php/home/>. 2020b. Acesso em: 01 out. 2021

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado da Educação. (Org.). *Resolução nº 4524, de 11 de março de 2021*. Institui o Prêmio “Escola Transformação” destinado a reconhecer as escolas públicas estaduais com destaque nos resultados de desempenho e fluxo escolar, cria o Índice Escola Transformação (Inest) e dá outras providências. Belo Horizonte: SEE/MG, 11 mar. 2021a.

MINAS GERAIS. Controladoria Geral do Estado – MG. (Org.). *Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais*. Disponível em: <https://www.transparencia.mg.gov.br/planejamento-e-resultados/planejamento-e-monitoramento/programacao-execucao-ppag-programa/ppagprograma-programas/4/2019/0/0>. 2021b. Acesso em: 01 out. 2021

OLIVEIRA, João Ferreira de; OLIVEIRA, Romulado Portela. Prefácio. In: ADRIÃO, Thereza. *et al.* (Org). *Políticas e prioridades para educação básica dos governos estaduais eleitos em 2018: para onde os sistemas estaduais caminham*. Brasília: Anpae, 2019.

PARTIDO NOVO. *Liberdade Ainda que Tardia. Plano de Governo de Romeu Zema*. 2018. Disponível em: [http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/MG/2022802018/130000600702//proposta\\_1533160671813.pdf](http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/MG/2022802018/130000600702//proposta_1533160671813.pdf). Acesso em: 22 jan. 2021.

PEREIRA, Maria Simone Ferraz; SILVA, Marcelo Soares Pereira da. Educação Básica em Minas Gerais no Contexto da Pandemia e na Trilha do Partido “NOVO”. Associação Nacional de Política e Administração da Educação. *Revista Educação Básica em Foco*, v.1, n1, abril a junho de 2020.

PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílon César. Estado de Bem-Estar Social, Neoliberalismo e Estado Gestor: aproximações globais. *A Crise da Democracia Brasileira*. Uberlândia: Navegando, p. 79-98, 2017.

RAVITCH, Diane. *Reign of error: the hoax of the privatization movement and the danger to America's Public Schools*. New York: Alfred A. Knopf, 2013.

SANDER, Benno. *Administração da Educação no Brasil: genealogia do conhecimento*. Brasília: Liber Livro, 2007.

SAUNDERS, Mark; LEWIS, Philip; THORNHILL, Adrian. *Research methods for business students*. 6 ed. London: Pearson education, 2009.

SAVIANI, Dermeval *et al.* Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. *Educação & Sociedade*, 2013.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da; VALENTE, Lúcia de Fátima; PEREIRA, Maria Simone Ferraz. O “novo” nas trilhas da educação: políticas e prioridades para a educação básica nas Minas Gerais em 2019 (janeiro a junho). In: ADRIÃO, Thereza. *et al.* (Org). *Políticas e prioridades para educação básica dos governos estaduais eleitos em 2018: para onde os sistemas estaduais caminham*. Brasília: Anpae, 2019.

STEVANIM, Luís Felipe. Exclusão nada remota: desigualdades sociais e digitais dificultam a garantia do direito à educação na pandemia. *RADIS: Comunicação e Saúde*, n. 215, p. 10-15, ago. 2020.